

Março, 20223

BPC Policy Brief V. 13 N. 03

BPC Policy Brief

Caderno BRICS-Urbe

**Cocôzap: Como pensar
saneamento e tecnologias
sociais através dos direitos à
cidade**



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os *briefs* tem sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL

Ana Garcia

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Lia Frota e Lopes

EDITORAÇÃO E DESIGN

Luiz Segreto

Karla Costa

ESTAGIÁRIA

Maria Carolina Cassella

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
Contato. (+55 21) 2535-0447
www.bricspolicycenter.org / bpc@



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Equipe Projeto

SUPERVISOR GERAL

Sérgio Veloso

AUTORES

Maria Eduarda Cantanhede

Vinicius Lopes

Paula Rocha

BPC Policy Brief V. 13 N. 03

Março/2023.

Rio de Janeiro. PUC - BRICS Policy Center

ISSN: 2318-1818

11p ; 29,7 cm

Palavras-chave:

1. Saneamento básico; 2. Favelas; 3. Sociologia urbana; 4. Segregação.





Sumário

Introdução	04
Efeitos do lugar: Como olhar a cidade através do saneamento?	05
E quem tem direito a essa cidade espoliada?: Pensar o direito à cidade através do saneamento	08
Conclusão/ Resultados do Projeto	09
Referências Bibliográficas	10

Cocôzap: Como pensar saneamento e tecnologias sociais através dos direitos à cidade

Elaborado por
Maria Eduarda Cantanhede
Vinicius Lopes
Paula Rocha

Introdução

Neste Artigo Acadêmico será analisado o Projeto Cocôzap¹ que é uma tecnologia social do @data_labe² que engloba a participação social, incidência política e geração cidadã de dados sobre saneamento básico em favelas, especificamente, no Complexo da Maré.

Será relacionado com o Projeto Cocôzap os conceitos de autores de estudos urbanos que abordam, em olhares diferentes, afastamentos e segregações na cidade, e direito à cidade, como Kowarick e Harvey, respectivamente. De modo, a complementar a discussão, autores da sociologia urbana como Sassen e Bourdieu para analisar, também, o afastamento das favelas ao resto da cidade. O objetivo de estabelecer esta relação é correlacionar a bibliografia com o projeto prático.

As associações de moradores e grupos ativistas da Maré são articulados mais efetivamente pela equipe do Cocôzap a fim de realizar parcerias de ação ainda mais efetivas no território relacionados à questão do saneamento básico na região. Como ideia central relatar um maior número de incidências e por vez mapeá-las em uma análise mais aprofundada sobre o território.

Está previsto um aproveitamento dos resultados do projeto que pretende se estender ainda por muitos anos. A realização do seminário com especialistas e ativistas locais vai gerar um relatório de dados e metas que é instrumento de articulações políticas pelos próximos anos. O suporte para a comunicação do projeto com atores estratégicos no território também vai garantir engajamento mais duradouro e efetivo.

Outras instituições parceiras do projeto: Casa Fluminense³, SOLTEC UFRJ, PUCPR e Redes da Maré⁴.

Cocôzap: Um estudo de caso sobre a participação social e tecnologias sociais na cidade.

O Cocôzap é uma tecnologia social que, a partir de processos de geração cidadã de dados, criou um banco de dados inédito e aberto buscando promover um diagnóstico do saneamento em periferias do Rio de Janeiro, partindo das favelas da Maré.

1

1 cocôzap. Site disponível em: <https://cocozap.datalabe.org/>

2 data_labe: laboratório de geração, análise e divulgação de dados sobre pessoas no Complexo da Maré. Disponível em: <https://datalabe.org/>

3 Casa Fluminense. Site disponível em: <https://casafluminense.org.br/>

4 Redes da Maré. Site disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/>

Após 4 anos de projeto, o Cocôzap já registrou 300 queixas de saneamento abrangendo todas as 16 comunidades da Maré. Nesse sentido, o Cocôzap busca sistematizar melhor as queixas feitas pelos moradores e toda a vivência adquirida nesses anos de projeto através de relatos, eventos e articulações com parceiros.

A ideia é que o projeto possa produzir análises e estratégias de comunicação dos dados existentes e um documento com metas concretas de incidência política e diagnósticos que são levantadas no território. O foco do projeto é, ainda, desenvolver um instrumento que possa nos direcionar ao poder público e tentar garantir compromissos de execução de políticas pro nosso território.

Sendo assim, o projeto contempla: serviços da equipe de dados, articulação e mobilização; produção e desenho de um relatório de metas de incidência política; uma nova aba do site com visualização e análise dos dados; alguns materiais de divulgação para manter a mobilização na favela; um seminário interno para discutir modelos, políticas e métodos com parceiros estratégicos que já vem se consolidando como universidades (UFRJ e PUCPR), organizações (Casa Fluminense, Redes da Maré, Baía Viva) e ativistas da Maré.

A Maré é um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro, abrigando 9% de toda a população residente em favelas da cidade, com cerca de 140 mil habitantes. Mesmo assim, possui um dos piores IDHs da cidade e uma estrutura sanitária deficitária.

Os dados que existem sobre saneamento muitas vezes não dão conta de representar a realidade sanitária do Complexo da Maré. O SNIS 2019, por exemplo, estima que 65,32% do esgoto do Rio de Janeiro foi tratado, o que não representa a Maré, posto que 0% do esgoto do complexo é tratado. Além disso, a Maré conta com um serviço de abastecimento de água e limpeza urbana que é frequentemente interrompido devido a outros problemas que atravessam o território, que vão desde a segurança à falta de planejamento urbano adequado. Nesse sentido, o Cocôzap busca construir uma base de dados que realmente represente a realidade da Maré e seja fruto de um processo de co-construção comunitária, perpetuando uma dinâmica que sempre existiu nas favelas: a luta por direitos básicos.

Com a elaboração de instrumentos que pautem a formulação de políticas públicas a partir dos dados coletados no território, será possível pleitear uma maior visibilidade e incidência política no contexto das próximas eleições, em 2022. Metas de desenvolvimento representativas e elaboradas com a participação cidadã têm a capacidade de mudar a realidade de muitos moradores, e garantir-lhes o acesso à água e ao saneamento básico - que para além de um direito constitucional, é um direito humano.

Sabe-se que historicamente as mulheres são as mais afetadas por problemas de saneamento. São elas as responsáveis pela busca de água quando há problemas de falta d'água, limpar a casa, quando essa é alagada, e por tantas outras atividades comuns de territórios com estruturas de saneamento precarizadas.

Na Maré, a mobilização em saneamento é historicamente ligada a lutas das mulheres. Foi com a Chapa Rosa, primeira chapa eleita em eleições diretas para Associação de Moradores da Nova Holanda, formada só por mulheres, que muitas das estruturas de saneamento que existem hoje na Maré foram alcançadas. Tendo o saneamento como prioridade, elas conquistaram rede coletora de esgoto através do Projeto Rio, água canalizada para as casas, eletricidade e até a canalização de alguns valões da Maré.

Dessa forma, o Cocôzap hoje é uma continuação histórica da luta dessas mulheres e sempre aborda o saneamento a partir de uma perspectiva de gênero e raça, mostrando, através das nossas publicações, reportagens e eventos, que os que mais sofrem com a falta de saneamento são as mulheres, negros e favelados.

Efeitos do lugar: Como olhar a cidade através do saneamento?

Em "efeitos do lugar", Bourdieu faz uma análise sociológica - com um jeito quiçá filosófico - das cidades. O autor busca, antes de mais nada, entender os intercâmbios existentes entre o ser e o estar na cidade. Para isso, o autor faz uma distinção entre o espaço físico e o espaço social, apontando como o espaço físico é colocado como um lugar onde se situa algo, cujo existe; e o espaço social como um lugar ocupado por agentes sociais. A partir disso, Bourdieu aponta como se dá a interrelação entre ambos espaços:

[...] o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre da maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos (BOURDIEU, 1998,p. 160)

A partir dessa proposição inicial, percebe-se a similaridade do pensamento do sociólogo francês com a contemporaneidade urbana brasileira, ou mais especificamente, carioca. Nas favelas do Rio de Janeiro, a relação entre o espaço físico e o espaço social é percebida com vistas de uma mútua influência - o espaço físico é deficitário de planejamento urbano e serviços básicos, e o espaço social é diretamente influenciado por esse, causando uma série de problemas aos agentes sociais bourdianos. Esse é um dos primeiros pontos que se pode ligar ao pensamento de Sassen (2015); quando Bourdieu aponta como esse déficit de infraestrutura pode - e irá - influenciar em toda a vida da pessoa que vive nesse local, faz diálogo automático com a ideia das expulsões de Sassen no espaço físico.

Segundo o Censo IBGE (2011), há uma clara defasagem em níveis educacionais em pessoas que vivem nas favelas e periferias, se comparado ao resto da cidade. No entanto, isso não ocorre somente pela falta de espaços educacionais nesses lugares, e sim, pelo contexto inteiro ao redor, como a violência, a desigualdade e a falta de serviços básicos, como o saneamento. Portanto, de que adianta oferecer uma escola aos moradores de determinada favela, quando essa se encontra em frente a um pátio de lixo à céu aberto da Comlurb, como acontece em uma das favelas do Complexo da Maré? (imagem 1).



Nova Hoalnda, Complexo da Maré - FONTE: Google Maps

Esse é um tipo de alocação de serviços que, mesmo não intencionalmente, acaba por promover maiores desigualdades - e assim, como Sassen ilustra, até a própria garantia da educação se torna um meio de reprodução de desigualdades, posto que como aponta o Instituto Trata Brasil (2012), alunos que lidam com falta de saneamento básico em seu dia-a-dia, apresentam menores níveis de produtividade escolar por terem que se ausentar por motivos relacionados (como por adoecimentos por dengue, hepatite). “[...] quando a educação serve para fortalecer as elites e reforçar o estatuto dos desfavorecidos (fornecendo escolas ruins para os pobres), então a educação torna-se, de fato, espaço que vai ampliar a desigualdade (SASSEN, 2015, p. 176-177).

Esse é apenas um dos atravessamentos que se pode pensar em Sassen e Bourdieu. Há muitas outras intempéries ao se pensar na relação decorrente de uma cisão cidadina que tem como produto a cidade dos ricos e dos pobres. E esses pontos são vistos por ambos autores de forma diferente, mas complementar.

A cidade tem se tornado cada vez mais uma cidade de muros, como bem aponta Caldeira (2003). A incessante construção dos enclaves fortificados auxilia nesse processo de exclusão mútua e justaposição entre o espaço social e físico, na qual o espaço físico e social dos mais ricos tende sempre a ser alicerçado sobre os mais pobres. Quero dizer: assim como Caldeira aponta a intolerância perante o outro, ressalta a necessidade mútua - mesmo que na forma de prestação de serviços. Mas ainda assim, todos os atravessamentos são sempre projetados de forma a alienar os cidadãos uns dos outros.

Há momentos nas rotinas de uma cidade quando todos se tornam assuntos urbanos.

A hora do rush é essa tal mistura de tempo e espaço onde todos funcionam como sujeitos urbanos, a qual todos pertencem — as massas correndo para pegar o transporte público no horário de pico. Mas hoje, em vez de um espaço para incluir pessoas de várias experiências e culturas, nossas cidades globais estão expulsando pessoas e diversidades. (SASSEN, 2015, p. 176)

Mas mesmo trazendo a ideia de Sassen sobre a hora do rush, se a trazemos para o cotidiano carioca, ainda há expulsões invisíveis que colocam um grupo em maior prejuízo que o outro. Afinal, na hora do rush, os transportes públicos sentido zona norte/ zona oeste são muito mais cheios do que os que vão sentido zona sul. Isso acontece por conta da menor falta de oferta para um determinado lado, mas também como efeito de uma necessidade de separação por parte dos grupos mais abastados, que pode ocorrer na forma de pegar um táxi ou Uber ao invés do transporte público, por exemplo. Assim, mesmo que todas as massas se encontrem no engarrafamento, ainda haverão barreiras invisíveis que os colocam em dimensões diferentes, seja de conforto ou até de segurança.

Uma grande cidade mista é uma espécie de zona fronteira. Como fronteira quero dizer um lugar onde atores de diferentes mundos podem ter um encontro para o qual não há regras de engajamento estabelecidas. É, então, também, uma zona onde os impotentes e os poderosos podem realmente se encontrar. (SASSEN, 2015, p. 175)

Mas esse encontro, como antecipado, nunca é de bom gosto aos poderosos. Como bem aponta Bourdieu, “[...] nada é mais intolerável que a proximidade física de pessoas socialmente distantes.” (BOURDIEU, 1998, p. 165). Contudo, aqui Bourdieu aponta duas proximidades: física e social. Deixe-me aprofundar: Bourdieu mostra que um dos prejuízos causados aos mais pobres é a falta, para além do capital financeiro, o capital social. Isso ocorre por diversos motivos, mas principalmente pela falta de acesso a esses espaços de cultura, de lazer e de associação. Então, quando Caldeira traz os enclaves fortificados como detentores de quadras de tênis, espaços de lazer, piscinas e clubes privados, faz diálogo com Sassen e com Bourdieu, pois esses espaços enclausurados agem de modo a alienar aqueles que não estão ali, e a aprofundar mais as desigualdades.

Como Sassen aponta, nas grandes cidades atuais, mesmo as pessoas de diversas nacionalidades ainda possuem um mesmo background. “[...] são muito internacionais, mas isso não significa que eles representam muitas culturas e tradições diversas. Eles são incrivelmente homogêneos, não importa o quão diverso seus países de nascimento e idiomas.” (SASSEN, 2015, P. 176). Esse pensamento é corroborado por Bourdieu, que aponta que as relações sociais têm conferido a si o peso do lugar de nascimento, e não o de residência. E isso é visto, também, no Rio de Janeiro com certa frequência - é mais uma das barreiras invisíveis que provocam a expulsão daqueles indesejados. Um aluno que estudou no colégio Santo Agostinho, por exemplo, teve muito mais acessos ao capital cultural e social do que o aluno que estudou na E.M Professor João Borges, vizinha da Comlurb, da imagem 1. E quando, por ventura, ambos acessam a PUC-Rio, por exemplo, ainda haverá um distanciamento enorme entre ambos, apesar da proximidade física — afinal, “não basta entrar em Beaubourg para se apropriar do museu de arte moderna.” (BOURDIEU, 1998, p. 165).

E essa construção é constantemente lembrada na sociedade; diversas produções cinematográficas deixam claro o abismo existente entre as classes sociais que compõem a mesma cidade, ao passo que denotam como o capital financeiro é o menor deles. Essa é uma forma de engendrar essa alienação na cultura cidadina; é uma forma de fazer com que os enclaves fortificados de Caldeira sejam cada vez mais postos pari passu aos clubes bourdianos: exclusivos e excludentes.

As expulsões nada mais são do que efeitos do lugar. Afinal:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada, e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela logística histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na idéia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa). (BOURDIEU, 1998, p. 160.)

E quem tem direito a essa cidade espoliada?: Pensar o direito à cidade através do saneamento

Assim como Bourdieu e Sassen apontavam a existência de uma elite socioeconômica com mais poder na cidade, Lucio Kvarnberg também o fará ao entender como a cidade é produzida a partir de afastamentos e segregações. Possuem os pobres e trabalhadores direito à cidade na era da espoliação urbana?

Kvarnberg é um cientista político brasileiro, e então consegue realizar o atravessamento entre a sociologia e a política, e esse é um dos principais méritos do autor. Em suas análises há dois temas centrais: o crescimento das metrópoles sob os mecanismos de poder sociopolítico; e a luta por conquista de direitos como moradia e serviços.

O autor inicia o texto apresentando um histórico do pensamento vigente sobre a participação social no Brasil; seria essa amorfa e frágil? Kvarnberg mostra que, na verdade, a elite do país mantém o funcionamento desse espaço de formulação e participação política como espaços exclusivos, e não participativos, como deveria ser, pois assim conseguem manter o status quo e diminuir as reivindicações pelo direito à cidade.

A ideia da tal fragilidade adquire novas dimensões quando se aponta para o fato de que as camadas populares não apresentam formas de auto-defesa no que diz respeito à preservação ou conquista de bens e serviços urbanos de caráter básico: transportes, habitação, saneamento etc... (KWARNBERG, 1983, p. 21)

Essa é uma forma de colocar que as pessoas mais pobres não têm capacidade intelectual ou política para defender os seus direitos. E essa ideia é pautada até hoje nos espaços de poder, que é construído de forma a eximir a população comum de seus direitos, e de reivindicação de violações desses. Um dos serviços que Kvarnberg aponta é a falta de saneamento básico, o que em 1983, quando o autor escreve, já era alarmante e todavia segue assim. Os números do saneamento básico no Brasil indicam que em média 82,3% de habitantes possuem abastecimento de água, e 53% tem acesso ao esgotamento sanitário seguro; em termos numéricos, tais índices indicam dizer que 25 milhões de brasileiros não possuem acesso à água e cerca de 100 milhões não possuem acesso ao esgotamento sanitário (BRASIL, 2019). No entanto, esses números não revelam a qualidade desses serviços, que não tende a ser homogênea nas cidades.

No entanto, esses serviços para além de um direito humano, são um direito à cidade também. E a negação desses direitos também exprime a ideia de Harvey (2013) de que as cidades tem sido produzidas pelos capitalistas e para os capitalistas; então a elite sociopolítica dominante produz a cidade de modo que atenda aos seus interesses, e daí surgem diferenciações do modo de vida que o cidadão terá, a depender do seu endereço.

Harvey é geógrafo, e por isso pauta sua discussão na relação entre a sociedade e o espaço urbano. Por ter um viés marxista, Harvey consegue exprimir a relação entre o direito à cidade e a questão de classe. O geógrafo consegue mostrar como o capitalismo consegue influenciar na produção de espaços na cidade, e se reinventar de modo a disfarçar suas verdadeiras intenções. Uma das políticas trazidas por Harvey é a pacificação pelo cappuccino, de Sharon Zukin, que explica que a oferta de cafeterias ao redor da cidade incorrem em uma sensação de proximidade entre as classes através do consumo. Dessa forma, aparenta-se que todos estão tendo direito aos mesmos serviços, mas na verdade, não estão.

Em especial no mundo em desenvolvimento, a cidade, como escreveu o urbanista italiano Marcello Balbo, está se partindo em fragmentos diferentes, com aparente formação de "microestados". Bairros ricos dotados de todo tipo de serviços, como escolas exclusivas, campos de olife, quadras de tênis e segurança particular patrulhando a área 24 horas, convivem com favelas sem saneamento, onde a energia elétrica é pirateada por uns poucos privilegiados, as ruas viram torrentes de lama quando chove, e a norma é a moradia compartilhada. **Cada fragmento parece viver e funcionar de forma autônoma, aferrando-se firmemente ao que conseguiu agarrar na luta diária pela sobrevivência.** (HARVEY, 2003, n.p, grifo nosso).

Um pensamento análogo é percebido em Kvarnberg, que aponta no caso brasileiro como o chamado período de Milagre Econômico, no qual a economia teve crescimentos exponenciais, foi também o período que mais houve a deterioração dos níveis de vida - o bolo cresceu, mas não foi dividido. E esse processo trouxe consigo a expropriação do trabalhador a cidade. "A expansão econômica do Brasil recente pode ser caracterizada como um processo dilapidador. Dilapidador na

medida em que se tem depredado parte da mão-de-obra que leva adiante os processos produtivos.” (KOWARICK, 1983, p. 24).

Para além de depreciar os processos produtivos, percebe-se, até os dias de hoje, como a classe trabalhadora comum é depreciada do seu próprio bem estar em troca do mínimo. Afinal, como aponta Kowarick (1983), é em casa - ou na ausência dela - que se dá a verdadeira exploração do trabalhador. Aponto isso pois, o bem-estar e o acesso aos serviços que esse trabalhador deveria ter para conseguir uma vida saudável, é espoliado pelo seu meio e trabalho. Além disso, o acesso a cidade é deficitário e o capitalismo faz com que esses trabalhadores estejam comumente localizados longe de áreas de lazer e cultura, e portanto, não conseguem desfrutar desses ambientes no tempo que lhes resta fora do trabalho. Para além de uma espoliação urbana, o planejamento urbano levado a cabo nas cidades é uma espoliação do direito à cidade. “A urbanização, podemos concluir, vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimentos dos lucros, a uma sala geográfica crescente, Mao ao preço de criar fortes processos de destruição criativa que espoliaram as massas de qualquer direito à cidade.” (HARVEY, 2013, n.p).

Mas seria esse o preço a ser pago pelo progresso? Kowarick postula que não, pois essa ideia estaria eximindo o poder público da capacidade de formular políticas públicas que fossem inclusivas; e como citado anteriormente, essa formulação seria possível caso houvessem espaços de participação pública, nos quais a população mais pobre pudesse exprimir seus anseios para com a cidade. No entanto, Kowarick, assim como Harvey, mostram que no modo de produção atual, as classes mais pobres e as trabalhadoras estão sendo espoliadas de uma vida digna, seja em termos de habitação ou serviços de infraestrutura e lazer.

Ainda, percebe-se uma complementaridade interessante entre ambos os autores, que é possível graças ao distanciamento temporal de suas obras. Kowarick (1983) acompanha o crescimento das favelas como um ingrediente a mais nas periferias; o autor escreve no momento em que há um crescente processo de favelização e invasões a espaços outrora não ocupados. Naquele momento, as favelas eram as únicas escolhas daqueles que tiveram a espoliação da dignidade levadas a outro nível, visto que não conseguem acesso a nenhum serviço e tampouco renda para galgarem habitações em melhores condições. Já na atualidade, Harvey (2013) aponta como, em poucas décadas, haverá a reocupação das favelas pela capital e ali se instalarão prédios altos com vistas fabulosas, e como os antigos proprietários serão, novamente, excluídos. Tal proposição parece crível à medida que já é percebido um movimento análogo no Rio de Janeiro atualmente, principalmente em favelas como o Vidigal, que passou a ser o lugar de casas de luxo por conta da vista privilegiada aos cartões postais cariocas.

Em conclusão, Harvey e Kowarick apontam meios diferentes para pensar o mesmo fim: a forma pela qual as cidades se fazem excludentes com o capital - financeiro, político e social - como forma de poder.

As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital - e não a sua força de trabalho - que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores, a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. **Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos** (KOWARICK, 1983, p. 53).

Conclusão/ Resultados do Projeto

Com o aumento e qualificação das estratégias de comunicação, mais moradores se engajam nas queixas de violações sanitárias e colaboram para o aumento da base de dados do Cocôzap. Atualmente, a média de envio é de 15 queixas semanais e é esperado pelos colaboradores do projeto aumentar esse número para 20 queixas semanais, elevando a base de dados a, ao menos, 450 registros.

Assim, será possível uma análise mais realista sobre os dados atualizados e disponíveis pelo projeto para gerir com mais propriedade e buscar soluções mais efetivas a situação do saneamento básico no Complexo da Maré. E à luz dos autores citados acima, pode-se perceber como o aumento de participação e geração de dados sobre saneamento impactaria, diretamente, em uma cidade na qual todos tivessem direitos minimamente equiparáveis.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, P. "Efeitos de lugar". In: BOURDIEU, Pierre et al. A Miséria do Mundo. Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Agência Nacional de Águas – ANA.

ODS 6 no Brasil: Visão da ANA sobre os indicadores. Brasília: ANA/MDR 2019a.

CALDEIRA, Teresa Pires. Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Capítulo 7: Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. 2003.

HARVEY, David. "O Direito à cidade". In: Piauí, Edição 82 / Julho 2013. <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>

INSTITUTO TRATA BRASIL. Manual do Saneamento Básico. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>>. Acesso em 10 jun 2021.

KOWARICK, Lucio. Espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

SASSEN, S. "Não é imigração, é expulsão". Entrevista concedida a Jorge Félix. In: São Ponto e Vírgula - PUC-SP, no 18, pp. 171-179. 2015.



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
Contato. (+55 21) 2535-0447

